

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: Petrobras quer adotar critério de reputação para executivos	3
Título: Aprovada venda em Pernambuco	3
Título: Novo presidente da Vale virá da Klabin	4
Título: Papéis da mineradora sobem 2,49%	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: Decisão do STJ sobre conta de energia garante R\$ 4,5 bi à São Paulo	7
Título: Fabio Schvartsman, da Klabin, será o novo presidente da Vale	7
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Fabio Schvartsman será o novo presidente da mineradora Vale	9
Título: Novo presidente da Vale tem perfil discreto e direto	10
Título: Parente tem novo mandato na Petrobrás	12
Título: Notas	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Troca de comando na Vale	14
Título: Trabalhador paga por prejuízo em estatais	14
Título: Contra a energia limpa	16
VEÍCULO: Valor Econômico	17
Título: Relatório prevê queda de arrecadação com a Cide	17
Título: Receita do Rio fica R\$ 3,5 bi abaixo do previsto em fevereiro	17
Título: Estudo defende custo corrigido para balizar tarifas de concessões	19
Título: Decreto do presidente não irá reanimar setor de carvão	21
Título: Em um desfecho surpreendente, Fábio Schvartsman assume a Vale	23
Título: Klabin dobrou de tamanho na gestão de Schvartsman	25
Título: Novo CEO terá desafio de reduzir dívida de US\$ 25 bilhões	27
Título: Governo indica nomes para Eletrobras	28
Título: BTG Pactual vê Equatorial 'bem posicionada' para investir	29

Título: Petrobras tem aval para venda de ativo em PE	31
Título: Curtas	32
Título: Novo presidente da Vale agrada e bolsa fecha em alta	32

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Petrobras quer adotar critério de reputação para executivos**

Mudanças no estatuto social serão submetidas aos acionistas em abril.

A Petrobras informou ontem propostas de mudanças em seu estatuto social. Entre as principais alterações está a indicação de executivos com reputação "ilibada"! Ou seja, só poderão assumir cargos na estatal pessoas que não sejam alvo de órgãos de controle interno ou externo. A estatal lembra, ainda, que futuros diretores não poderão "apresentar qualquer forma de conflito de interesse com a companhia", além de "não possuir pendências comerciais ou financeiras" e "não possuir contra si processos judiciais ou administrativos em segunda instância"! As mudanças serão submetidas aos acionistas em assembleias gerais, em abril.

— O objetivo é fazer com que as mudanças de transparência na Petrobras após a Operação Lava-Jato continuem, mesmo com mudanças futuras na gestão — disse fonte na estatal.

Há mudanças também entre os membros do Conselho de Administração. A petroleira informou que seus representantes devem "publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União"!

Na pauta da convocação das assembleias está, ainda, a aprovação do balanço de 2016, quando registrou prejuízo de R\$ 14,6 bilhões. A estatal quer votar os novos indicados para o Conselho Fiscal. A empresa quer aprovar a fixação da remuneração dos administradores, dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários. Segundo o documento, o pagamento fixo, sem os benefícios, da diretoria tem remuneração total prevista para esse ano de R\$ 12,606 milhões. No ano passado, foi proposto pela estatal um gasto com os oito diretores de R\$ 12,382 milhões, dos quais foram gastos R\$ 11,734 milhões. Em relação ao gasto que envolve ainda Conselho de Administração e Fiscal, o valor proposto subiu de R\$ 28,775 milhões para R\$ 28,900 milhões.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Aprovada venda em Pernambuco**

Empresa mexicana pagou US\$ 385 milhões por Suape e Citepe

Os acionistas da Petrobras aprovaram ontem em Assembleia Geral Extraordinária a venda da Petroquímica Suape e da Companhia Integrada Têxtil (Citepe) — ambas em Pernambuco — para a mexicana Alpek por US\$ 385 milhões.

A venda foi aprovada em dezembro de 2016 pelo Conselho de Administração, mas foi suspensa após a Justiça Federal de Sergipe ter concedido liminar, em ação popular, determinando a paralisação da operação em janeiro. Em fevereiro, a estatal derrubou o recurso.

A venda dos ativos faz parte do processo de desinvestimento da estatal. Entre 2015 e 2016, foram vendidos US\$ 13,6 bilhões em ativos. A meta original, de US\$ 15,1 bilhões, foi afetada após restrições do Tribunal de Contas da União. (BR)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Danielle Nogueira e João Sorima Neto

Título: Novo presidente da Vale virá da Klabin

Escolha de Fabio Schvartsman para comandar mineradora agrada a acionistas e tem a bênção do Planalto

Um mês depois do anúncio oficial de que Murilo Ferreira deixaria a presidência da Vale, o Conselho de Administração da mineradora elegeu ontem Fabio Schvartsman, atual diretor-geral da Klabin, para substituí-lo. Seu nome, que surgiu a partir de lista elaborada pela empresa internacional de recrutamento Spencer Stuart, agradou aos acionistas — pelo perfil técnico — e teve a bênção do Palácio do Planalto, segundo o colunista do GLOBO Lauro Jardim.

Entre outros sondados pela Spencer estavam Vasco Dias, ex-executivo da Shell, e Marcos Lutz, vice-presidente do Conselho de Administração da Comgás. A Spencer foi contratada pela Vale em março e começou a peneirar nomes de fora do setor de mineração, para assegurar a visão de que a escolha seria técnica, sem influência política.

NEGOCIAÇÃO COM BB E BRADESCO

A grande preocupação dos acionistas era que o novo presidente da Vale tivesse credibilidade junto ao mercado para liderar a transição da empresa para o Novo Mercado, o mais alto nível de governança da BM&FBovespa. Pelo novo acordo de acionistas, proposto em fevereiro e que ainda tem de ser aprovado em assembleia, a Vale deixará de ter bloco de controle.

Hoje, a Vale é controlada pela Valepar, que detém 54% das ações com direito a voto. Integram a Valepar os fundos de pensão Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Fundação Cesp, reunidos na Litel. Além deles, a BN-DESPar, a Bradespar e a japonesa Mitsui compõem a holding. Nenhum dos acionistas quis comentar a eleição de Schvartsman. Em nota, a Vale disse que Schvartsman foi eleito "em conformidade com as normas e governança da companhia"

Além da transição para o Novo Mercado, o novo presidente terá o desafio de manter a trajetória de redução do endividamento da Vale e solucionar a questão da Samarco, empresa da que a Vale é sócia e que desde o acidente em Mariana, em novembro de 2015, não voltou a operar. A seu favor, estão os bons ventos do mercado, com a cotação do minério de ferro retornando a patamar de US\$ 90 a tonelada.

O anúncio do novo presidente da Vale surpreendeu o mercado pela rapidez e pela escolha de um nome que ainda não havia sido alvo de rumores. Segundo fontes, a família Klabin só teria sido comunicada de que Schvartsman teria sido escolhido ontem pela manhã. Coube ao presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, e do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco fazer essa intermediação.

Caffarelli e Trabuco estavam conduzindo o processo de sucessão da Vale pessoalmente. Segundo o colunista do GLOBO, Lauro Jardim, a Spencer teria selecionado 20 nomes e os levou aos dois executivos, que depuraram a lista e chegaram ao nome de Schvartsman. O nome também era o que mais agradava ao Palácio do Planalto, de acordo com o colunista. Tradicionalmente, o Bradesco aponta o presidente da Vale e a Previ, o presidente do Conselho.

Schvartsman, de 63 anos, nasceu em São Paulo e vai assumir a Vale no fim de maio, quando termina o mandato de Ferreira. Pelas regras da mineradora, que costuma afastar seus diretores executivos quando completam 65 anos, terá apenas um mandato de dois anos.

ESTRANHO NO NINHO

O executivo será, mais uma vez, um estranho no ninho. Da mesma forma que nunca atuou no setor de mineração, não havia passado pelo setor de papel e celulose quando assumiu a diretoria geral da Klabin, em fevereiro de 2011.

Graduado e pós-graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP e pós-graduado em Administração de Empresas pela FGV, ele chegou a presidir a Telemar Participações e teve passagem pela Duratex. Mas foi no grupo Ultra, onde trabalhou por 22 anos, que fez sua carreira. Lá conduziu, em 1999, o plano de abertura de capital da holding Ultrapar, a primeira empresa do país a

ter tag along (mecanismo que garante direitos a controladores e minoritários), o que lhe trouxe admiração no mercado de capitais.

Sua gestão na Klabin é elogiada por executivos do setor e analistas de mercado. Sob sua liderança, a Klabin migrou para o nível 2 de governança corporativa da BM&FBovespa e tirou da gaveta o seu mais ambicioso projeto: a construção de uma gigantesca unidade de R\$ 8,5 bilhões no Paraná, que começou a produzir em março do ano passado.

Com a nova unidade, a Klabin voltou a exportar celulose, algo que deixara de fazer em 2003. No ano passado, a Klabin teve lucro líquido de R\$ 2,4 bilhões, revertendo prejuízo de R\$ 1,25 bilhão de 2015. A receita líquida da empresa foi de R\$ 1,9 bilhão. Em nota, a Klabin disse que, até que seja decidido o executivo que ocupará o cargo de diretor-geral, a companhia segue "com visão na estratégia de crescimento e na execução das metas dos negócios" "Nosso desempenho está baseado em um modelo de negócio único, sustentável, rentável e estruturado ao longo de 118 anos de história" afirmou na nota Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho, presidente do Conselho de Administração da Klabin.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Rennan Setti

Título: Papéis da mineradora sobem 2,49%

Bovespa inverte rumo após escolha de executivo para o cargo

A escolha do novo presidente fez com que os papéis preferenciais da Vale saíssem de uma queda de até 4,87% durante a manhã para uma alta de 2,49% no fim da sessão, cotados a R\$ 27,97. A ação ordinária avançou 1,34%. Em contrapartida, os papéis da Klabin, comandada até então por Fabio Schvartsman, passaram a despencar após a divulgação do nome do executivo, fechando em baixa de 3,72%.

A notícia mudou o rumo dos negócios na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ontem. O índice de referência Ibovespa chegou a cair 1,3% durante a manhã, afetado pelo desempenho até então negativo da Vale em dia de queda no preço do minério de ferro. No fim do pregão, porém, fechou em alta de 0,71%, aos 64.308 pontos. No câmbio, o dólar comercial avançou 0,74%, a R\$3,131 para venda.

— O nome é bastante forte, tanto que os papéis da Klabin despencaram. Além disso, o mercado externo melhorou ao longo do dia — disse Hersz Ferman, da Elite Corretora. ()

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Decisão do STJ sobre conta de energia garante R\$ 4,5 bi à São Paulo**

A Randon, que produz carrocerias, perdeu um processo no STJ (Superior Tribunal de Justiça) sobre a conta de energia que poderia implicar uma perda de arrecadação significativa aos Estados.

A empresa alega que o ICMS deve ser calculado com base nos watts consumidos, e que o custo de transporte deve ser excluído.

Em nota, a Randon informa que analisa ingressar com um recurso no próprio STJ.

Caso haja uma reversão da decisão e a tese seja acatada, o Estado de São Paulo teria uma perda de cerca de R\$ 4,5 bilhões por ano, segundo Glauco Honório, secretário geral do Sinafresp (sindicato da categoria).

Transporte e distribuição de energia representam 40% da conta, segundo ele.

"Nos últimos seis meses, muita gente procurou a Justiça. Recebemos cerca de 30 notificações por dia, e uma parte dos consumidores conseguiu liminares de tribunais de primeira instância que alteravam o imposto devido."

A primeira turma do STJ deu razão ao fisco, que alega que a energia é um pacote de produtos e serviços.

"A transmissão e a distribuição formam o conjunto dos elementos essenciais que compõem o fato gerador", segundo o ministro Gurgel de Faria, do tribunal. Por isso, não podem ser excluídas da base de cálculo do imposto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona / Joana Cunha****Título: Fabio Schvartsman, da Klabin, será o novo presidente da Vale**

O diretor-geral da Klabin, Fabio Schvartsman, 65, foi eleito para substituir Murilo Ferreira na presidência da Vale a partir de maio.

O nome foi escolhido com apoio da consultoria Spencer Stuart e foi aprovado pelos acionistas da mineradora em reunião nesta segunda (27).

No fim de fevereiro, Ferreira anunciou que ficaria no cargo até 26 de maio, quando vence o seu mandato.

Schvartsman tem graduação e pós-graduação em engenharia de produção pela Poli-USP, além de pós-graduação em administração de empresas pela FGV.

Ele foi presidente da companhia de perfuração San Antonio Internacional e da Telemar Participações. Foi também diretor financeiro na Ultrapar, do Grupo Ultra, e teve cargos de chefia na Duratex.

No Ultra, comandou o processo de abertura de capital.

Como presidente-executivo da Vale, terá como principal missão tocar o processo de pulverização do controle da companhia, anunciado em fevereiro.

Com o objetivo de permitir a entrada da mineradora no Novo Mercado da Bovespa, espécie de selo de governança, os acionistas da Vale desenvolveram um plano que elimina o bloco de controle, hoje formado pelo Bradesco e por fundos de pensão.

Pelo acordo, um único investidor poderá ter, no máximo, 25% do capital —hoje, os controladores têm 53,88% das ações com direito a voto.

A informação sobre a escolha de Schvartsman foi antecipada pelo jornal "O Estado de S. Paulo". As ações da empresa fecharam o dia em alta de 2,49% (as preferenciais, sem direito a voto) e 1,34% (as ordinárias).

Em nota divulgada após o fechamento do mercado, a Vale disse que Schvartsman "foi eleito pelo conselho de administração a partir de uma lista preparada pela empresa internacional de seleção de executivos Spencer Stuart".

Também em nota, a Klabin disse que o executivo "estabeleceu um novo ciclo de gestão e resultados na companhia", que ainda não definiu o nome de seu substituto.

TURBULÊNCIA

No cargo desde 2011, Ferreira deixará a Vale após um período conturbado na história da mineradora, no qual teve que lidar com a queda abrupta dos preços do minério de ferro e a tragédia provocada pelo vazamento de resíduos de minério em mina operada pela controlada Samarco, em Mariana (MG).

Foi responsável por um forte movimento de corte de custos na mineradora, que vendeu ativos e reduziu investimentos para enfrentar o cenário adverso, e

enfrentou a resistência de trabalhadores pelas demissões e pela mudança da sede da companhia para a Barra da Tijuca, zona oeste do Rio.

Em teleconferência para anunciar a decisão de deixar a empresa, ele disse que, como defensor da idade máxima de 65 anos para executivos, não poderia permanecer na companhia —Ferreira faz 64 em junho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Fabio Schvartsman será o novo presidente da mineradora Vale

Gestão. Novo executivo, que assume no lugar de Murilo Ferreira em maio, foi escolhido em um processo conduzido pelos presidentes do Bradesco e do Banco do Brasil, grandes acionistas da empresa; nome considerado técnico agradou ao mercado

O executivo Fabio Schvartsman, atual presidente da fabricante de celulose Klabin, será o novo presidente da Vale, em substituição a Murilo Ferreira. A informação foi antecipada ontem pela colunista Sonia Racy, no 'Portal Estadão', e oficializada à noite pela mineradora. Com a definição do novo presidente, um nome considerado técnico – além da Klabin, também teve uma longa passagem pelo grupo Ultra e pela Duratex (veja perfil na página B3) –, os acionistas da Vale acreditam ter passado a mensagem de que a mineradora está mais blindada da ingerência política.

Nos últimos meses, grupos políticos, ligados principalmente ao PMDB e ao PSDB mineiro, vinham tentando emplacar seus candidatos ao comando da companhia. De acordo com fontes ligadas à empresa, a pressão foi realmente forte. O presidente Michel Temer chegou a afirmar aos políticos que não iria interferir na troca de comando da empresa, que deveria seguir critérios de mercado.

O processo de seleção foi conduzida pela consultoria Spencer Stuart, que teria formulado uma lista de candidatos. O presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, e o presidente do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli, acompanharam de perto todo o processo e selecionaram o nome de Schvartsman. Entre os nomes que chegaram a ser cotados para o cargo estavam o do presidente da Suzano, Walter Schalka, e o do presidente da Cosan, Marcos Lutz.

Segundo fontes, Murilo Ferreira chegou a atuar até o último momento para se manter no cargo. Mostrou descontentamento por ter de deixar a direção da companhia no dia 26 de maio, quando vence seu mandato, e chegou a levantar a investidores nacionais e estrangeiros dúvidas sobre uma possível escolha política

para substituí-lo. O diretor de Recursos Humanos, Sustentabilidade, Integridade Corporativa e Consultoria Geral da Vale, Clovis Torres, foi um dos principais defensores da manutenção de Ferreira no cargo.

E, quando essa possibilidade foi posta de lado, fez um “périple” por Brasília, em busca do apoio de parlamentares do PMDB e do PSDB para o seu próprio nome. Dentro do processo de se blindar da ingerência política, a Vale já fez um forte movimento este ano: propôs uma reorganização societária que resultará, a partir de 2020, em uma empresa sem controle definido, com a pulverização de suas ações na Bolsa, no modelo adotado hoje por empresas como a Embraer e a Renner.

O histórico positivo de Schvartsman na Klabin e na Ultrapar trouxe alívio ao mercado. Em nota, o BTG Pactual diz que a escolha “minimiza as preocupações dos investidores em relação à interferência política na companhia, o que nós vemos positivamente”. As ações da mineradora fecharam em alta de 1,34% (ON) e 2,49% (PN).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernando Scheller

Título: Novo presidente da Vale tem perfil discreto e direto

Executivo participou da compra da rede Ipiranga, no Grupo Ultra, e finalizou a profissionalização da gestão da Klabin

Descrito como um executivo discreto e de posicionamento bastante direto em negociações, Fabio Schvartsman chega à presidência da mineradora Vale após ter permanecido seis anos à frente da fabricante de papel e celulose Klabin. Com 40 anos de carreira, Schvartsman, 63 anos, teve passagens por outros ícones nacionais, como Duratex e Grupo Ultra.

“Ele não é ‘político’ na relação pessoal, é mais duro e objetivo”, descreveu uma fonte que já negociou diretamente com o novo presidente da Vale. Depois de trabalhar na Duratex no início de sua carreira, a ascensão do engenheiro formado pela Poli-USP no mundo dos negócios se deu durante a passagem de 22 anos pelo Grupo Ultra, hoje dono de negócios como a distribuidora de gás Ultragás, a rede de postos Ipiranga, a química Oxiteno e a rede de farmácias Extrafarma.

Atualmente, o Ultra fatura cerca de R\$ 76 bilhões ao ano. No Ultra, Schvartsman participou de negociações importantes, que ajudaram a dar ao grupo o porte que ele tem hoje, lembraram fontes de mercado ao Estado. Entre elas figurou a

compra da rede de postos de combustíveis Ipiranga, em março de 2007, em parceria com a Petrobrás e a Braskem.

Anos antes, dentro do Ultra, foi um dos defensores da compra da petroquímica Copene, mas o negócio acabou ficando nas mãos da Odebrecht, dando origem à Braskem, companhia considerada o braço mais saudável do conglomerado. Apesar de ter participado de negociações importantes e de ter sido diretor financeiro e de relações com investidores, a saída de Schvartsman do Ultra se deu em meio à disputa pelo comando do negócio, no fim de 2007.

Depois de mais de duas décadas, ele esperava ser elevado à presidência da Ultrapar, contam pessoas que trabalharam de forma próxima ao executivo na época. Schvartsman era cotado para assumir a presidência da Ultrapar, substituindo Paulo Cunha. O escolhido acabou sendo Pedro Wongtschowski, que ficou no cargo até 2012, quando foi nomeado o atual CEO, Thilo Mannhardt. Após deixar o Ultra, Schvartsman assumiu em 2008 o comando do grupo San Antonio, onde ficou até 2010.

O San Antonio foi um dos maiores fracassos da história da gestora GP Investments. Em 2014, a GP registrou a perda total do investimento no negócio de serviços para o setor de óleo e gás – apenas a compra de 17,7% da operação custou US\$ 135 milhões, em 2008. O novo presidente da Vale deixou a San Antonio para assumir o comando da Klabin em fevereiro de 2011.

Ele foi o primeiro executivo que não pertencia às famílias controladoras a comandar o grupo, e chegou para finalizar o processo de profissionalização da companhia de papel e celulose. Na Klabin, também teve o desafio de colocar em pé o projeto Puma, o maior investimento já realizado pela empresa. Inaugurado em junho de 2016, em Ortigueira (PR), teve orçamento de R\$ 8,5 bilhões e se diferencia por ter produção híbrida, que permite a produção da celulose do tipo “fluff”, usada em fraldas, por exemplo.

A soma das experiências de Schvartsman “vai fazer muito bem” à Vale, afirma Pércio de Souza, sócio da boutique de investimentos Estáter: “O Fábio é um dos raros executivos que alia as capacidades de identificar problemas, implementar soluções e liderar times”.

Desafios.

Uma das tarefas previstas do novo presidente da Vale será a reorganização societária. A empresa quer acabar com a Valepar para transformar a mineradora numa companhia sem controlador até 2020, o que acarretará mudanças no conselho de administração e na estrutura de suas ações em Bolsa. Schvartsman enfrentou desafio semelhante na Klabin, incluindo a transformação de parte das

ações em “units”. Uma outra fonte lembrou que existem semelhanças entre os negócios de celulose e de mineração.

Assim como o minério, a celulose é um produto cotado no mercado internacional e voltado para a exportação. Outro ponto comum às duas atividades é o risco ambiental. No setor de papel e celulose, há o impacto das florestas e da produção. Na Vale, a questão ambiental é terreno bastante sensível, por causa do rompimento da barragem da Samarco – joint venture da brasileira com a BHP Billiton –, que rendeu bilhões de reais em multas à subsidiária e resultou na morte de 19 pessoas no fim de 2015.

Apesar de ver paralelos entre Klabin e Vale, a fonte lembrou que o desafio na mineradora é “infinitamente maior” não apenas pelo porte da companhia, mas também pela presença de fundos de pensão no negócio. A Klabin afirmou ontem, em nota, que a decisão sobre a substituição de Schvartsman ainda não está tomada. O executivo não respondeu ao contato feito pela reportagem.

COLABOROU CÁTIA LUZ

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luana Pavani E Fernanda Nunes

Título: Parente tem novo mandato na Petrobrás

O conselho de administração da Petrobrás aprovou ontem a recondução do presidente da companhia, Pedro Parente, para um mandato de dois anos. Parente havia sido eleito para o cargo em 31 de maio de 2016, em continuidade ao mandato de Aldemir Bendine. “Com isso, tem início um novo mandato de dois anos”, disse a estatal, comunicado ao mercado ontem.

A petroleira explica que no processo de recondução foram renovadas as análises de integridade e do cumprimento dos requisitos da posição. O Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão do Conselho de Administração da Petrobrás disse que “avaliou toda a documentação pertinente e recomendou a aprovação do novo mandato”.

Eletrobrás.

A economista Elena Landau vai substituir José Luiz Alquéres na presidência do conselho de administração da Eletrobrás. Ontem, no Facebook, Alquéres comentou a mudança. “Minha sucessora é ótima e o Wilson (Ferreira Júnior), o presidente, muito bom”, afirmou. A substituição será formalizada em 28 de abril.

Segundo fontes, Alquéres saiu por desentendimentos com o presidente da estatal. Ele deixará o cargo após nove meses de trabalho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães

Título: Notas

Passaporte

A Ômega Energia Renovável, empresa em que a gestora Tarpon mantém investimento, já contratou os bancos que estruturarão sua oferta inicial de ações. Fazem parte do sindicato BTG Pactual, Bank of America Merrill Lynch, Itaú BBA, Bradesco BBI, Santander e XP Investimentos. A oferta, de cerca de R\$ 1 bilhão, está planejada para sair em junho. Tarpon e Ômega não comentaram.

Cauteloso

Sérgio Leite, empossado presidente da Usiminas no lugar de Rômelo de Souza, ainda não trabalha do gabinete da presidência. Internamente, o fato é tratado com uma posição de cautela do executivo, visto que, em 2016, uma decisão judicial o tirou do cargo. E ao contrário do que foi visto na destituição anterior, Leite acumula, além da presidência, o cargo anterior, de diretor vice-presidente Comercial. Procurada, a Usiminas disse que Leite já “vem trabalhando com foco na geração de resultados”.

Na Justiça

A Nippon Steel, sócia da Usiminas e que não concordou com a saída de Rômelo, entrará nos próximos dias com uma ação na Justiça para tentar reverter a decisão do Conselho. O advogado da japonesa, João Marcelo Pacheco, do escritório Pinheiro Neto, afirma que o voto livre de sua sócia na Usiminas, a Ternium, foi ilegal, diante do acordo de acionistas.

Pleito

Representantes da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig) se reúnem, no dia 5 de abril, com o Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, para debater as dez medidas do governo para a reforma do setor mineral. Uma das frentes de defesa da entidade é o aumento da alíquota do ouro e do nióbio, de 1% para 2%, e do minério de ferro, de 2% para 4%.

Além das bombas

A Ipiranga e a Raízen, que já concorrem nas bombas dos postos de combustíveis, vão disputar também investidores para captar recursos no mercado de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Ambas já anunciaram emissões, com as quais pretendem levantar, cada uma, um mínimo de R\$ 750 milhões. Em meio a isso, porém, a leitura no mercado é de que o processo da Ipiranga deve ser um sucesso, visto que a empresa é estreante e a opção de diversificar sempre atrai investidores. A Raízen, joint venture entre Cosan e Shell, já tem R\$ 2,2 bilhões de CRAs.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Antonio Temoteo

Título: Troca de comando na Vale

O executivo Fábio Schvartsman, atual presidente da Klabin, será o novo presidente da Vale a partir de maio, substituindo Murilo Ferreira. Graduado e pós-graduado em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo e pós-graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, Schvartsman chegou ao comando da Labinasal em fevereiro de 2011, após passar boa parte da vida profissional no grupo Ultra, onde foi responsável pela abertura de capital da holding. Ele foi selecionado pela empresa de recrutamento Spencer Stuart e recebeu o aval dos presidentes do Banco do Brasil, Paulo Rogério Caffarelli, e do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, além do presidente da República, Michel Temer.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: A.T.

Título: Trabalhador paga por prejuízo em estatais

Os prejuízos acumulados pelas empresas estatais nos últimos anos serão pagos com a demissão de milhares de empregados. Os sucessivos casos de corrupção, o loteamento político de cargos e investimentos desastrosos em projetos sem rentabilidade serão cobertos com a redução de gastos com pessoal. Nos Correios, por exemplo, os executivos já estudam dispensar até 25 mil trabalhadores para fechar as contas no azul em 2017, após acumular um rombo de R\$ 4 bilhões nos últimos dois anos. A possibilidade foi antecipada pelo Correio, em janeiro, quando a Vice-Presidência de Recursos Humanos solicitou um parecer ao Departamento Jurídico sobre a possibilidade de demissão motivada.

Empregados de empresas públicas não podem ser demitidos sem justa causa; é necessário que haja motivação. Além disso, é necessário apresentar os critérios

para os cortes de pessoal e verificar se os serviços prestados não serão afetados. Pela tese defendida pelo Departamento Jurídico dos Correios, a dispensa seria motivada por questões técnicas, econômicas e financeiras.

Conforme o memorando enviado pela Vice-Presidência de RH, a medida seria adotada caso as ações em curso não sejam suficientes para equilibrar as contas da estatal. O parecer ainda leva em conta dados apresentados pela Vice-Presidência de Finanças e Controle Interno, que mostram um crescimento de R\$ 3 bilhões, em 2006, para R\$ 7,5 bilhões, em 2015, na folha de pagamento da empresa. Com isso, as despesas com pessoal saltaram de 49% para 62% dos gastos totais da estatal. No mesmo período, o número de empregados passou de 107 mil para 118 mil. Mas o “tráfego de objetos” caiu de 8,6 bilhões para 8,2 bilhões. Além disso, o nível de produtividade diminuiu de 80 para 70 objetos por trabalhador. (...)

Demora

A lista de empresas no vermelho deve ser ainda maior, mas a demora na divulgação das informações mantém os dados escondidos. Segundo o Ministério do Planejamento, as estatais têm até 30 de maio para enviar à pasta os demonstrativos financeiros do ano passado. Antes disso, é impossível saber quantas das 152 companhias federais tiveram prejuízo ou não.

Outra empresa que se mantém deficitária é a Petrobras, vítima do esquema de corrupção investigado pela Operação Lava-Jato. A petroleira teve prejuízo líquido de R\$ 14,8 bilhões em 2016, o terceiro consecutivo. Apesar dos números ruins, a companhia reduziu o endividamento em 20%. A dívida líquida, no fim de 2016, estava em R\$ 314,12 bilhões, ante R\$ 392 bilhões em 2015. Em dólares, o total de débitos recuou 4%, passando de US\$ 100,4 bilhões para US\$ 96,38 bilhões.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, reconduzido ontem ao cargo até março de 2019, afirmou no começo do ano que a empresa manterá disciplina e acompanhamento mensal de resultados para melhorar o balanço, mas sem reduzir a meta de produção. Segundo ele, o objetivo é reduzir os custos operacionais em 18% em relação ao previsto no cenário básico, além de implantar novos sistemas de gestão. A estatal está concluindo o segundo programa de demissão voluntária, totalizando a adesão de 19 mil colaboradores, o equivalente a 20% do quadro de funcionários diretos da companhia.

Prejuízos acumulados

Rombos sucessivos de estatais prejudicam esforço do governo para recuperar contas públicas

Petrobras

» A Petrobras teve prejuízo líquido de

R\$ 14,8 bilhões em 2016, o terceiro ano consecutivo de resultados negativos

» Em 2015, a estatal registrou prejuízo recorde de R\$ 34,8 bilhões e em 2014, as perdas somaram R\$ 21,6 bilhões

» Em comunicado, após a divulgação do balanço, a Petrobras atribuiu o novo prejuízo à reavaliação “de ativos e de investimentos, no total de R\$ 20,9 bilhões”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Mundo

Autor:

Título: Contra a energia limpa

O presidente Donald Trump assinará, hoje, ordem executiva para acabar com o plano do antecessor Barack Obama que limita a emissão de gases do efeito estufa nas centrais elétricas alimentadas com carvão. De acordo com o diretor da Agência de Proteção Ambiental (EPA), Scott Pruitt, suprimir o plano Energia Limpa de Obama, de 2015, devolverá postos de trabalho à indústria do carvão. “Esta é uma promessa que (Trump) está mantendo ao povo americano e afirma que podemos colocar as pessoas novamente para trabalhar”, explicou ao canal ABC.

O apresentador do programa This Week, George Stephanopolous, rebateu e lembrou que a maioria dos postos de trabalho no setor do carvão foi suprimida uma década antes, durante o governo do antecessor de Obama, George W. Bush, após o avanço do gás natural substituir o carvão.

No entanto, Pruitt minimizou as preocupações de que Trump teria feito uma promessa que não pode cumprir. “Por muito tempo, nos últimos anos, aceitamos a narrativa de que, se você é pró-crescimento e pró-trabalho, você é contra o meio ambiente”, afirmou, ao culpar o governo Obama de fazer “esforços para matar postos de trabalho, ao longo de todo o país, com o seu plano de energia limpa”.

Custos

Pruitt também disse que a ordem executiva deverá reduzir os custos de energia elétrica para os americanos. As pessoas que apoiam o plano de Obama afirmam que o projeto ajuda a criar milhares de empregos no setor de energia limpa. Cético a respeito da mudança climática, Pruitt disse, no início do mês, não acreditar que o dióxido de carbono seja a principal causa do aquecimento global — a declaração vai contra as afirmações dos cientistas há várias décadas.

Durante a campanha eleitoral, o próprio Trump disse que o conceito de aquecimento global teria sido criado pelos chineses para afetar a competitividade das indústrias dos Estados Unidos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Tainara Machado

Título: Relatório prevê queda de arrecadação com a Cide

Uma das principais candidatas ao eventual aumento de impostos sinalizado pelo governo, a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide) sobre combustíveis teve a arrecadação revista no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do primeiro bimestre. Agora, a equipe econômica projeta queda nominal do recolhimento desse tributo. O governo previa arrecadar, na Lei Orçamentária, R\$ 6,023 bilhões com Cide Combustíveis. No relatório divulgado na semana passada, essa projeção passou para R\$ 5,895 bilhões, uma queda nominal de 1,9% em relação ao arrecadado em 2016 com esse tributo, R\$ 6,010 bilhões.

A projeção chama atenção porque a Agência Nacional de Petróleo (ANP) tem afirmado que, depois da queda de 4,5% em 2016, a expectativa é de alta do consumo de combustíveis neste ano, com a recuperação da atividade econômica, o que favoreceria um aumento da arrecadação da Cide. Segundo informação antecipada pelo Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, o presidente Michel Temer teria vetado a alta desse imposto, por enquanto, mas essa parece a principal saída para evitar um contingenciamento mais profundo do Orçamento. A Cide tem impacto inflacionário, mas a projeção da própria equipe econômica é de IPCA em 4,3% neste ano, abaixo, portanto, da meta perseguida pelo Banco Central. No mercado, há quem acredite que a inflação vai ficar até abaixo de 4% em 2017. Nas contas da LCA Consultores, o aumento da Cide dos atuais R\$ 0,10 por litro para R\$ 0,60 por litro poderia render mais R\$ 10,8 bilhões aos cofres do governo, se a medida fosse tomada até o fim desse mês e a noventena respeitada. Caso o governo opte por usar o expediente adotado pelo ex-ministro da Fazenda, Joaquim Levy, de elevar o PIS e a Cofins sobre a gasolina até que os noventa dias de prazo para aumento da Cide sejam vencidos, o potencial de arrecadação subiria ainda mais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Carro

Título: Receita do Rio fica R\$ 3,5 bi abaixo do previsto em fevereiro

A desaceleração econômica e a incerteza política no Estado do Rio de Janeiro estão se traduzindo em receitas frustradas já nos primeiros meses de 2016. Em fevereiro, a Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento divulgou nota técnica em que reconhece que R\$ 3,5 bilhões em receitas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) não vão se concretizar. A maior parte do montante está concentrada na arrecadação do ICMS - perda de R\$ 2,57 bilhões em relação ao estimado inicialmente para este ano. Na esfera política, o pacote de recuperação fiscal acordado com a União está parado na Assembleia Legislativa após a aprovação do projeto que autoriza a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae).

O presidente do Legislativo estadual, Jorge Picciani (PMDB), condicionou a votação do restante das medidas de austeridade à liberação de um socorro financeiro federal de R\$ 3,5 bilhões para o Estado. Picciani tem argumentado reiteradamente que o Estado corre o risco de experimentar uma "convulsão social" por causa da crise. Até ontem, o valor em aberto da folha de pagamento estadual estava em R\$ 1,79 bilhão. Desse total, R\$ 1,2 bilhão se refere ao valor líquido do 13º salário de 2016 ainda não pago a 124 mil servidores ativos e 103 mil aposentados e pensionistas. Os R\$ 592 milhões restantes são débitos com 213 mil servidores referentes ao mês passado. Parte do empréstimo emergencial de R\$ 3,5 bilhões seria usado para quitar essas pendências. A Cedae funcionaria como garantia para a concessão do financiamento. A estatal fluminense anunciou na sexta-feira lucro líquido de R\$ 379,2 milhões no ano passado. O montante é 52% superior ao registrado em 2015. A não aprovação de reformas estruturantes no plano estadual foi um dos fatores que - segundo a Fazenda estadual - frustrou o aumento da arrecadação de ICMS previsto inicialmente pelo governo fluminense. "A persistente incerteza com relação à recuperação da economia fluminense, em especial no setor de óleo e gás, reflete sobremaneira os ajustes nos investimentos da Petrobras", explicou a secretaria, por meio da assessoria de imprensa. A projeção de receitas oriundas de royalties e do Fundo Especial do Petróleo (FEP) também foi revisada para baixo, perdendo R\$ 320 milhões em relação à estimativa original divulgada na LOA. A nova estimativa leva em consideração a expectativa de produção de óleo e gás das concessionárias para 2017 (encaminhada pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) à Secretaria de Fazenda em janeiro de 2017), além de outros fatores como o preço do barril de petróleo e da flutuação do câmbio. Com base na oscilação dessas variáveis, a receita de royalties e do FEP tende a ser revisada para cima ao longo dos próximos meses, esclarece a Fazenda estadual. A instabilidade financeira do caixa fluminense - agravada por sucessivos arrestos pela União de repasses destinados ao Rio - também afetou negativamente a previsão de receita financeira do Tesouro estadual, que foi reduzida em 77,3% (-R\$ 341 milhões), devido à impossibilidade de o Estado manter um saldo médio adequado em suas contas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Fernando Torres****Título: Estudo defende custo corrigido para balizar tarifas de concessões**

Algumas distribuidoras de energia estão praticando tarifas acima do que seria devido tendo em conta o dinheiro de fato investido por elas no passado, enquanto outras estão subremuneradas. Para os consumidores de diferentes regiões do país, a mesma lógica se aplica: alguns pagam mais e outros menos do que seria o economicamente justo. Essa é a conclusão da tese de doutorado da professora e pesquisadora Maria Elisabeth Moreira Carvalho Andrade, que foi orientada pelo professor e ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Eliseu Martins, uma das maiores autoridades sobre assuntos contábeis no Brasil. Os dois entendem que o problema se repete em concessões de outras áreas.

O problema estaria no uso do valor de reposição dos ativos, que precisa ser estimado em laudo, para definir as tarifas cobradas da população. Depois de comparar os preços resultantes desse método de cálculo, que é o que vem sendo usado no setor elétrico, com quanto deveriam custar as tarifas se o preço fosse baseado no custo histórico do investimento de fato realizado, corrigido pelo IPCA, os pesquisadores encontraram distorções que os levam a defender a simples correção pela inflação. A discussão proposta é relevante em um momento em que ocorre o quarto ciclo de revisão tarifária das distribuidoras de energia e diante da nova rodada de concessões de infraestrutura que o governo acaba de lançar. Martins lembra que a subjetividade do valor de reposição gera brigas que não têm fim e chama a atenção ao fato de que o critério também é usado em concessões de saneamento, gás e às vezes em transporte público. "Há empresas que estão recebendo muito acima e outras muito abaixo do que deveriam", diz Elisabeth, sobre o resultado de sua pesquisa, que foi adaptada para artigo acadêmico e aceita para publicação na "Revista Contabilidade & Finanças da USP". Apenas como exemplo, no terceiro ciclo de revisão tarifária, que ocorreu entre 2011 e 2014, as bases de ativos de distribuição de Cemig e Copel estavam, respectivamente, 69% e 27% acima do que seriam se tivesse sido usado o custo corrigido pelo IPCA - lembrando que quanto maior a base, mais alta a tarifa cobrada dos clientes. Do outro lado, empresas como Eletropaulo e Light possuíam a base de ativos 17% e 15%, pela ordem, abaixo daquela que teriam com ajuste pela inflação. A tese da pesquisadora traz duas críticas principais ao uso do que se chama tecnicamente de "valor novo de reposição" para formação do preço das tarifas de energia e em outras concessões: uma delas é principiológica e a outra de ordem prática.

Ao tratar da primeira delas, o professor Eliseu Martins pondera que, para uma empresa privada que atua em um setor em que os custos sobem acima da

inflação, o uso do valor atual dos bens como custo para fins gerenciais é importante para garantir a reposição (e daí vem o nome) do estoque, por exemplo. "Mas na tarifa pública, isso onera o consumidor de hoje por conta de uma infraestrutura que será resposta daqui a 20 anos, com base no preço de reposição caso eu fosse reconstruir hoje", diz. Nos casos em que o valor de reposição supera o custo corrigido, ressalta Martins, o concessionário acaba recebendo valores maiores de tarifa, retém esses recursos, e quando investe, não o faz apenas com dinheiro do bolso dele, mas com o recurso pago pelo consumidor. "Ele tem uma taxa de retorno sobre um capital que no fundo não é dele." Já nas outras situações, quando o valor de reposição calculado dos ativos fica abaixo do custo corrigido, acontece o contrário, o consumidor é beneficiado, mas o vencedor da concessão é prejudicado, porque não recupera todo o capital investido. "A política de concessão pública baseada em custo de reposição provoca essa situação. Ou se beneficia um e prejudica o outro, ou vice versa", diz Martins. Quando fez um teste estatístico comparando as bases de ativos de 44 concessionárias de distribuição de energia no segundo ciclo de revisão, Elisabeth encontrou um resultado indicando que não há diferença estatisticamente relevante entre os métodos. Mas a média que aponta um valor de reposição 11% acima do custo corrigido esconde uma situação em que 16 concessionárias estão com remuneração abaixo do que teriam pela inflação e 28 têm uma tarifa maior. Como os consumidores e investidores de cada área de concessão são específicos, não existe compensação entre ganhos e perdas nas diferentes áreas. "A sociedade tem que pagar o que está consumindo e o investidor tem que ganhar o valor justo pelo que construiu", defende Elisabeth. Em relação ao problema de ordem prática, a pesquisadora menciona que o cálculo do valor de reposição exige muito mais gastos com laudos de avaliação contratados pelas concessionárias e posterior validação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e que isso também é repassado ao preço das tarifas. "Sem contar que é impossível de auditar. Não dá para chegar no mesmo valor se fizer duas vezes." Não por acaso, os ciclos de revisão se estendem por longos períodos e geram constantes disputas entre empresas e Aneel, seja durante a própria revisão ou no momento de renovação ou do fim das concessões, quando se leva anos para calcular a indenização referente à parcela não amortizada ou depreciada dos investimentos. Martins ressalta ainda o efeito que a incerteza traz para a decisão dos investidores. Como existe dúvida se o valor de reposição vai subir ou cair durante o período do contrato, diz ele, isso leva o concessionário a exigir uma taxa de retorno maior, para tentar assegurar que no mínimo vai recuperar o capital investido. "Se o governo aumentar a garantia para o investidor, é possível ter uma taxa de retorno menor."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Internacional****Autor: Jennifer A. Dlouhy e Ari Natter | Bloomberg****Título: Decreto do presidente não irá reanimar setor de carvão**

O presidente dos Estados Unidos Donald Trump está tomando medidas audaciosas para revitalizar a decadente indústria da mineração do país, mas as iniciativas não irão restabelecer muitos dos empregos perdidos na Virgínia Ocidental, Ohio e Pensilvânia, Estados que ajudaram o presidente a conquistar a Casa Branca. Trump vai assinar hoje um decreto para dismantelar as bases do amplo esforço de seu antecessor Barack Obama para combater as mudanças climáticas, segundo mostram detalhes a que a Bloomberg teve acesso. O decreto permitirá a retomada das vendas de carvão extraído de terras federais, elevar os limites de emissão de dióxido de carbono por usinas geradoras de energia e acabar com as atribuições da era Obama que dão às agências o poder de considerar o aquecimento global em uma grande variedade de decisões.

"Muita gente vai voltar a trabalhar, muitos mineradores vão voltar ao trabalho", disse Trump em um comício em Louisville, Kentucky, na semana passada, antecipando o anúncio. "Os mineiros estão voltando." Mas, por mais amplo que seja o decreto, ele não vai aumentar imediatamente a demanda por carvão - que enfrenta a concorrência acirrada do gás natural, que é mais barato, e um boom nas áreas de energia eólica e solar. O emprego no setor de mineração vem sofrendo há décadas, com escavadoras e esteiras de transporte substituindo os humanos com suas picaretas e mulas. "A verdade é que a demanda por carvão vem caindo há algum tempo e continuará caindo", disse em uma entrevista Sheldon Stone, sócio e diretor de reestruturação do banco de investimentos Amherst Partners. "Nem mesmo fazendo isso você vai conseguir devolver empregos à mineração."

Trump aproveitou uma onda de descontentamento de eleitores desfavorecidos e o mineiro de carvão é um símbolo poderoso do trabalhador americano que perdeu o emprego e foi deixado para trás pela economia globalizada e pelas políticas de combate às mudanças climáticas. Ele usou um capacete de trabalhador de minas durante um giro de campanha pela Virgínia Ocidental e mencionou seu apoio aos mineiros e operários da indústria siderúrgica para transmitir seu comprometimento com os eleitores da classe trabalhadora. Eles o apoiaram e Trump obteve 68% dos votos na Virgínia Ocidental, Estado que já foi declaradamente democrata. Ele também venceu na Pensilvânia, que já foi o centro da indústria mineradora de carvão. Patrick Hickey, um professor de ciências políticas da Universidade da Virgínia Ocidental, diz que o setor carvoeiro compartilha da mesma nostalgia do setor manufatureiro, associada à crença de alguns eleitores de que suas vidas eram muito melhores economicamente há 20

ou 30 anos. "Isso se tornou uma retórica política a ser retomada porque mesmo não estando você diretamente ligado ao setor, tem membros da família ou parentes e ancestrais que eram."Em algumas partes dos Estados Unidos, "é suicídio político dizer aos cidadãos a verdade sobre o carvão", afirma Hickey.O principal alvo da Casa Branca hoje será o Plano Energia Limpa, uma política que era a pedra fundamental das iniciativas de Obama para enfrentar as mudanças climáticas. O plano, que foi suspenso pela Suprema Corte, visava reduzir as emissões dos gases responsáveis pelo efeito estufa, na geração de eletricidade, em 31% até 2030, em comparação aos níveis de 2005. Isso seria obtido em grande parte forçando geradores a reduzirem o consumo de carvão - que emite a maior quantidade de carbono para cada unidade de energia gerada - e substituí-lo pelo gás natural e as energias eólicas e solar, que são mais limpas.Trump também vai instruir o presidente da Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês), Scott Pruitt, a rever as exigências de redução da emissão de dióxido de carbono na construção de novas usinas geradoras de energia - regras que segundo os críticos tornariam muito caro construir uma nova usina geradora de energia movida a carvão nos EUA.Será preciso pelo menos um ano de trabalho burocrático para o governo Trump dismantlar o Plano de Energia Limpa, com a EPA sendo forçada a justificar sua mudança de política e buscar o comentário do público. E a iniciativa inevitavelmente será desafiada na justiça pelos mesmos ambientalistas que no momento defendem o plano de Obama.Mas mesmo sem o Plano de Energia Limpa em vigor, o uso do carvão para gerar eletricidade vem caindo como resultado de regras anteriores de combate à poluição e da concorrência mais acirrada de outros combustíveis.Se entrassem em vigor, as regras de Obama destruiriam uma parcela maior da geração de eletricidade baseada na queima de carvão, mas interromper o processo é diferente de trazer de volta usinas que já foram fechadas ou anunciaram seu fechamento, afirma Jason Bordoff, que serviu na Casa Branca sob Obama e é diretor do Centro de Políticas Energéticas Globais da Universidade Columbia."Acabar com o Plano de Energia Limpa poderá desacelerar o declínio do carvão, mas não trará o carvão de volta", disse Bordoff. "Os principais responsáveis pelo declínio do carvão têm sido a fraca demanda doméstica por eletricidade, o gás natural barato e a queda dos custos as energias renováveis."Um dos defensores mais barulhentos de Trump no setor concorda. "As pessoas vão congelar no escuro por causa da destruição de uma rede confiável de geração de energia pelo governo Obama e os democratas", disse Robert Murray, presidente da companhia mineradora Murray Energy Corp "Trump está fazendo a coisa certa."Murray, que pretende estar com Trump no momento em que ele assinar o decreto, disse não ter planos imediatos de reabertura de minas ou contratar mineiros após a assinatura do decreto. "Ele não vai trazer empregos de volta imediatamente", justificou. "Precisamos impedir a destruição antes que possamos seguir em frente com a indústria do carvão."As companhias do setor de energia afirmam que estão dando sequência aos seus planos de mudar para as energias solar, eólica e o gás natural, mesmo sem o estímulo da EPA."Continuaremos nossa transição para o

gás natural e outras fontes renováveis de energia, enquanto equilibramos nossa carteira de geração e fornecemos energia mais limpa", disse Tammy Reideout, uma porta-voz da American Electric Power Co de Columbus, Ohio, que tem uma capacidade de geração de 26.000 megawatts, sendo cerca de metade dela à base de carvão. E aumentar a demanda por carvão não é a mesma coisa que estimular a criação de empregos na extração do mineral. Como resultado, o número total de empregos gerados pelo setor de carvão nos EUA caiu para 53.000 no ano passado. Na década de 40 a Virgínia Ocidental empregava, sozinha, 126.000 mineiros. "Não acho que isso vai provocar uma grande mudança no setor, especialmente para os empregos na mineração de carvão", diz Thom Kay, um representante parlamentar do grupo ambiental Appalachian Voices.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Vanessa Adachi e Francisco Góes

Título: Em um desfecho surpreendente, Fábio Schvartsman assume a Vale

Numa decisão que surpreendeu por sua velocidade e pelo desfecho, o engenheiro Fábio Schvartsman, CEO da Klabin, foi escolhido ontem para presidir a Vale no lugar de Murilo Ferreira. Era grande a preocupação dos acionistas controladores em afastar a ideia de uma indicação política para o cargo. Com o anúncio da reestruturação societária para transformar a companhia numa "corporation", de capital pulverizado, no mês passado, e agora a indicação de Schvartsman, os acionistas querem abrir um novo capítulo para a empresa, buscando afastar a velha imagem de uma empresa privatizada pela metade e que permaneceu sob interferência governamental por ser controlada por fundos de pensão e BNDES.

Ao mesmo tempo, de acordo com uma alta fonte, os sócios querem acabar com a era de CEOs superpoderosos na mineradora, que existiu sob Roger Agnelli e também com Ferreira. Ao menos enquanto existir bloco de controle, previsto para perdurar até 2020 segundo a reestruturação proposta. Schvartsman constava de uma lista que na partida contava com cerca de 30 nomes e que, ao final, foi reduzida a apenas seis. De acordo com duas pessoas próximas ligadas aos sócios controladores da Vale, a sugestão de seu nome partiu da empresa de headhunter Spencer Stuart, contratada há menos de vinte dias para conduzir a seleção. A velocidade da escolha, esperada para daqui uma semana a quinze dias, buscou estancar um processo de desgaste para a mineradora, que ameaçava tomar proporções maiores. Segundo uma fonte, Ferreira vinha externando insatisfação com sua substituição em conversas com investidores. Um comitê formado por Gueitiro Genso, presidente da Previ, Fernando Buzzo, presidente da Bradespar, Eliane Lustosa, diretora de mercado de capitais do BNDES, e Oscar Camargo, da japonesa Mitsui, analisou e entrevistou os seis finalistas

selecionados pela Spencer Stuart. O comitê se reportou a Paulo Caffarelli, presidente do Banco do Brasil, e Luiz Carlos Trabuco, presidente do Bradesco, que deram a palavra final. Pesaram a favor de Schwartsman, entre outras coisas, seu talento para lidar com pessoas, capacidade de aglutinar a equipe e delegar funções e seu desempenho à frente da Klabin e também como diretor financeiro da Ultrapar, empresa que ajudou a conduzir para o modelo de corporation. Por quatro vezes, foi eleito "Executivo de Valor" do setor de papel e celulose. Se a escolha foi técnica, não escapou da devida costura política. Coube a Caffarelli levar o nome de Schwartsman, depois de escolhido, ao presidente Michel Temer, que o aprovou. O senador Aécio Neves também foi informado e buscou a opinião do economista e investidor Armínio Fraga. Fraga confirmou ao Valor ter sido consultado previamente, sem dizer por quem. "Considero uma escolha excelente. Ele tem todas as qualificações: reputação, competência, experiência ímpares", afirmou Fraga. "Claro que a empresa tem acionistas públicos e importância nacional, mas o nome do escolhido garante que a escolha foi meritocrática, na linha já adotada em Petrobras, BNDES e Eletrobrás", disse. Para bater o martelo com a mineradora, Schwartsman precisava chegar a um acordo com a Klabin sobre sua saída. Sua confirmação foi dada ontem aos sócios da Vale. A eleição do executivo pelo conselho de administração da mineradora, que vazou no meio da tarde, foi confirmada em comunicado de fato relevante da companhia pouco antes das 19 horas. Antes mesmo da confirmação, a reação do mercado foi no sentido de referendar a escolha. As ações da Vale subiram e ajudaram a reverter a baixa da bolsa, enquanto as da Klabin aceleraram a queda que já registravam no dia. Vale PNA fechou em alta de 2,49%, enquanto o papel ON subiu 1,34%. A unit da Klabin perdeu 3,72%. De acordo com uma pessoa a par do processo, foram considerados para o cargo o executivo Carlos Ghosn, CEO da Nissan que está prestes a passar o bastão a um sucessor, e Maria Silvia Marques, a presidente do BNDES. Ghosn só estaria disponível para assumir a presidência da Vale em 2018. O nome de Schwartsman, desde o início um favorito, foi mantido em sigilo e não apareceu em nenhuma das listas que especularam sobre os candidatos. Muitos nomes que circularam com insistência nos últimos dias nem chegaram a fazer parte da seleção. Foi o caso de Rômulo Dias, o ex-presidente da Cielo que agora ocupa um cargo na diretoria do Bradesco, e também o de Nelson Silva, diretor da Petrobras. Em comentário a investidores, a corretora Itaú BBA disse que o anúncio deve ser positivo para a Vale, pois Schwartsman é bem visto pelos investidores e é um executivo experiente. Avaliou ainda que, para a Klabin, o anúncio deve ser levemente negativo no curto prazo, uma vez que havia expectativa de que o executivo renovasse seu mandato como presidente da empresa por mais três anos. Uma dúvida no mercado hoje é se Schwartsman será um presidente de transição em um momento em que a Vale avança para unificar ações e listar os papéis no Novo Mercado da BM&FBOvespa. A razão para a dúvida está na idade de Schwartsman, que tem 63 anos, e no fato de que, na Vale, existe uma espécie de acordo tácito entre os acionistas de que os diretores-executivos se aposentem quando completam 66 anos. Se o entendimento prevalecer, Schwartsman ficaria

na Vale por um mandato de dois anos, coincidindo de certa maneira com o período previsto para a unificação das ações, que é até 2020. "A empresa não tem limite de idade em seu estatuto", afirmou uma pessoa ligada aos sócios. "A idade dele não foi uma questão e não é relevante", completou a mesma pessoa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Ivo Ribeiro

Título: Klabin dobrou de tamanho na gestão de Schvartsman

Schvartsman vem de uma gestão de seis anos na Klabin, maior fabricante de papéis para embalagens do país.

Aos 63 anos, o engenheiro Fábio Schvartsman chega ao comando da Vale, maior mineradora de ferro do mundo, num momento de processo de mudanças na empresa. Primeiro, com um plano de unificação de suas ações em uma só classe e se listando no Novo Mercado da BM&FBovespa, com isso elevando seu nível de governança. Segundo, a assinatura de novo acordo de acionistas, até 2020, tornando-se uma companhia de capital pulverizado - sem bloco de controle definido. Schvartsman vem de uma gestão de seis anos na Klabin, maior fabricante de papéis para embalagens do país. Chegou ao seu comando em fevereiro de 2011, oriundo do grupo Ultra, onde passou boa parte de sua vida profissional - 22 anos. No Ultra, foi responsável pela abertura de capital da holding Ultrapar.

Ele era apontado como um dos prováveis sucessores do então presidente, e acionista, Paulo Cunha, que deixou o cargo no grupo em 2007. Schvartsman saiu do Ultra no mesmo ano, quando era o diretor-financeiro da holding Ultrapar e também sócio-diretor da Ultra S.A. Na Klabin, além de uma profunda reorganização, o executivo pôs em marcha um projeto bilionário de expansão em celulose, que a capacitou a crescer de novo em papéis para embalagens nos próximos anos. O projeto, que entrou em operação no ano passado, era considerado estratégico. Ao mesmo tempo, possibilita adicionar valor a sua enorme reserva florestal e ampliar a produção própria de matéria-prima com baixo custo de produção. Sob sua liderança, a Klabin migrou para o nível 2 de governança corporativa da BM&FBovespa e emitiu units como fonte de financiamento do Projeto Puma, em Ortigueira (PR) - investimentos de cerca de R\$ 8,5 bilhões. Em paralelo, a empresa continuou ampliando a produção de papéis, consolidando-se na liderança de diferentes segmentos, entre os quais cartões para líquidos e caixas de papelão ondulado. Em sua gestão, a Klabin deu saltos de crescimento. A receita líquida passou de R\$ 3,9 bilhões para R\$ 7,1 bilhões ao fim de 2016 - um aumento superior a 80%. Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) mais que dobrou, de R\$ 1,03

bilhão em 2011 para R\$ 2,29 bilhões no ano passado. Ao todo, registrou 22 trimestres consecutivos de crescimento, em base anualizada, do Ebitda. Já o volume de vendas foi de 1 milhão de toneladas para 2,7 milhões de toneladas em 2016. Após a reorganização e o investimento bilionário em celulose, que levou a Klabin a outro patamar, o foco do executivo estava centrado na desalavancagem financeira da companhia - desafio que também terá, a partir de maio, à frente da Vale. A chegada na Klabin foi bem recebida pelos analistas. A companhia, que já foi a maior de seu setor no país e perdeu posições no ranking para Fibria e Suzano Papel e Celulose, era avaliada como muito conservadora e fechada a grandes novidades. A nomeação de um executivo de mercado, e não formado nos quadros da Klabin, chamou a atenção. Agora, sua escolha para assumir a presidência da Vale, surpreendeu o setor papeleiro. O desempenho à frente da Klabin rendeu a Schwartsman uma série de prêmios. Ele foi eleito quatro vezes "Executivo de Valor", publicação anual do Valor com base em escolha feita por um grupo de headhunters, no segmento de celulose, papel e papelão - 2012, 2013, 2014 e 2016. Em 2015, a companhia foi eleita "Empresa do Ano" da publicação "Valor 1000". O novo presidente da Vale é graduado e pós-graduado em engenharia de produção pela Universidade de São Paulo (Politécnica) e pós-graduado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Antes do Ultra e Klabin (como diretor-geral), Schwartsman trabalhou dez anos na Duratex, controlada da Itaúsa, presidiu a Telemar Participações e a San Antonio Internacional. Torcedor convicto do Corinthians, amante de comida japonesa e leitor do escritor britânico Eric Hobsbawm, o executivo foi ainda membro dos conselhos de administração do Pão de Açúcar, Gafisa, Contax e do Hospital Albert Einstein, entre outras companhias. A Klabin ainda não definiu o nome do sucessor de Schwartsman na diretoria-geral. Em fato relevante, a companhia informou que foi comunicada pelo executivo sobre sua saída para assumir o comando da Vale. "Até que seja decidido o executivo que ocupará o cargo de diretor-geral, a companhia segue com foco na estratégia de crescimento e na execução das metas dos negócios", informou, em nota à imprensa, no início da noite. A companhia reitera que, após seis anos de dedicação, Schwartsman vai assumir "mais um importante desafio em sua carreira: a presidência da Vale". "Nosso desempenho está baseado em um modelo de negócio único, sustentável, rentável e estruturado ao longo de 118 anos de história", disse o presidente do conselho de administração, Paulo Sérgio Coutinho Galvão Filho. A Klabin lembrou que o executivo estabeleceu um novo ciclo de gestão e de resultados na companhia que, desde 2011, dobrou a capacidade de produção, entrou em novos mercados, "triplicou seu valor de mercado e manteve seus resultados financeiros em crescimento por 22 trimestres consecutivos".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes e Renato Rostás****Título: Novo CEO terá desafio de reduzir dívida de US\$ 25 bilhões**

Fabio Schvartsman, confirmado ontem para assumir como novo presidente da Vale a partir de maio, terá desafios de curto e de médio prazos no comando da mineradora. De imediato, há consenso no mercado que Schvartsman terá de dar continuidade ao esforço de redução do endividamento que a Vale definiu como prioridade. A empresa terminou 2016 com dívida líquida de US\$ 25 bilhões e a administração que agora chega ao fim vem trabalhando para reduzir esse montante para patamar entre US\$ 15 bilhões e US\$ 17 bilhões. Esse nível de dívida poderia ser atingido até o fim de 2017, na visão de analistas, dependendo dos preços do minério de ferro. A médio prazo o desafio passa pela estratégia que a mineradora vai perseguir em termos de crescimento. A redução do endividamento tornou-se preocupação central para a mineradora em 2015, quando a relação entre a dívida bruta e o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) bateu em 4,1 vezes. Ao fim de 2016, essa relação tinha caído para 2,4 vezes, ajudada pela alta dos preços do minério de ferro.

A venda de ativos também é essencial nesse esforço. Ontem a Vale informou que concluiu a transação envolvendo a operação de carvão com a Mitsui, em Moçambique, e recebeu US\$ 733 milhões de um total de US\$ 770 milhões. O carvão de Moçambique, que ainda envolve financiamentos bancários, é a principal transação com ativos para 2017. Também é consenso no mercado que a Vale não pode se dar ao luxo de abandonar o trabalho de redução da dívida só porque os preços da commodity estão melhores do que no ano passado. Seu resultado continuará a depender dos preços do minério de ferro, do carvão metalúrgico e dos metais (níquel e cobre). Os preços vão definir ainda se a empresa vai se manter como boa pagadora de dividendos aos acionistas no futuro.

Ontem, os preços da commodity com teor de 62% de ferro negociada no porto chinês de Qingdao fecharam a US\$ 81,57 por tonelada, queda de 4,1%, segundo o índice da "Metal Bulletin". Desde 23 de janeiro a cotação não era tão baixa e foi apenas a segunda vez no ano que o insumo teve desvalorização tão forte. Para analistas, o movimento daqui até o fim do ano também será negativo. Até dezembro, as instituições consultadas pelo Valor preveem nível entre US\$ 55 e US\$ 60. A média do ano é calculada em US\$ 62. Até ontem, essa média estava em US\$ 85,90. No ano, o minério ainda sobe 3,4%, mostrando que a resistência de preços ao excesso de oferta global e à expectativa de menor demanda chinesa é grande. No radar de Schvartsman haverá outros pontos relevantes a serem

considerados. Um deles é o gerenciamento da oferta de minério de ferro, sobretudo com o S11D, o maior projeto da Vale, em operação desde o começo do ano. No minério de ferro, a Vale vem privilegiando margens ao invés de volumes. O controle da oferta inclui trabalho de manutenção da capacidade, sobretudo no Sudeste, à medida que as minas envelhecem. Para especialistas, a Vale ainda tem um trabalho importante a ser feito na área operacional, para obter ganhos de competitividade em relação aos australianos, incluindo a província de Carajás, no norte do país, onde está o S11D. A Samarco também estará entre os temas de Schvartsman, que assume com agenda "desafiadora".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Cláudia Schüffner e Camila Maia

Título: Governo indica nomes para Eletrobras

O governo federal vai indicar os nomes do consultor Claudio Frischtak e do subsecretário para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Ariosto Culau, para o conselho de administração da Eletrobras. Seus nomes serão apreciados em assembleia geral ordinária (AGO) marcada para 28 de abril. Na ocasião, o governo também pretende indicar Elena Landau, que já faz parte do conselho, para a presidência do colegiado, no lugar de José Luiz Alquéres, que apresentou ontem carta conjunta com a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, e o engenheiro Mozart Siqueira, manifestando o interesse de não serem reconduzidos nos cargos. As indicações de Frischtak e de Culau foram antecipadas na manhã de ontem pelo Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor.

Na carta, a qual o Valor teve acesso, Alquéres, Mozart e Ana Paula, informam que "por razões individuais e para atuar em novos desafios, não mais participaremos do conselho no próximo exercício". As pessoas próximas, Alquéres disse ter "cumprido sua missão" no cargo. No mercado, porém, a leitura foi de que a disputa política por cargos nas subsidiárias teria influenciado a decisão de Alquéres. O sinal de ingerência política afetou as ações da Eletrobras ontem. O papel ON teve a maior queda do Ibovespa, de 5,42%, a R\$ 17,99. E a ação PN recuou 4,52%, a R\$ 21,95. Em sua última passagem pelo conselho da Eletrobras, Alquéres, então representante dos acionistas minoritários, deixou o cargo em novembro de 2012, meses após a publicação da Medida Provisória 579 - da Renovação das Concessões e que cortou R\$ 10 bilhões anuais de receita da companhia. Na ocasião, ele alegou conflitos de interesse com outras empresas das quais também era conselheiro, porém, nos bastidores, a informação era de que ele discordava das regras criadas pela MP. Em outra passagem anterior pela estatal, Alquéres deixou a presidência da empresa em dezembro de 1994 por discordar do tratamento que a equipe do então presidente Fernando Henrique

Cardoso queria dar às concessões de geração de energia. A proposta de FHC era extingui-las, mas a oposição dos Estados de São Paulo e Minas Gerais levou à prorrogação dos contratos, de 1995 a 2015, que culminou na posterior necessidade de mudança na lei, proposta justamente pela MP 579/2012. Há duas semanas, o atual conselho de administração da Eletrobras se posicionou da forma mais contundente desde a sua formação, há cerca de oito meses. Na madrugada de 17 de março, a Eletrobras enviou comunicado ao mercado informando que o conselho da empresa havia indicado apenas quatro dos seis diretores então nomeados pelo presidente Michel Temer para a diretoria de Itaipu. Lembrando que indicou nomes, "no exercício de sua competência" prevista no Tratado de Itaipu, a estatal informou que "os demais candidatos não foram recomendados pelo conselho de administração, por não comprovação de qualificação técnica, segundo avaliação do referido colegiado". Na sexta-feira, Temer revogou as nomeações de Rubens Penteado, como diretor técnico executivo, e Ramiro Wahrhaftig, como diretor de coordenação de Itaipu. As duas nomeações feriam exigências previstas na "Lei das Estatais", já que ambos tiveram vínculo com partido político em período não permitido pela lei para assumir cargo em estatal. As duas vagas continuam em aberto. Apesar da aparente vitória em Itaipu, o conselho da Eletrobras sofreu derrotas em Furnas, onde Temer cedeu à pressão do PMDB de Minas Gerais e colocou na presidência Ricardo Medeiros. Apesar do perfil técnico, ele foi indicado pelo partido. Além da nomeação do executivo, há relatos de que o PMDB emplacou afilhados em cargos de assessoria da subsidiária. Para o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, as mudanças no conselho da estatal não alteram a gestão da empresa, nem seu compromisso com a meritocracia e os resultados. "Há enorme compromisso e convicção sobre os resultados que a gestão da Eletrobras vai trazer para o país. Os movimentos estão avançando conforme o combinado, com a liderança do Wilson Ferreira Jr. e do conselho", disse. Pelo lado dos minoritários, na última semana, os fundos Dinâmica Energia e Banclass, a Geração Futuro e o fundo Jaburá indicaram para o conselho os nomes de José Pais Rangel, para eleição em separado por detentores de ações ON da companhia, e de Aloísio Macario Ferreira de Souza, para eleição em separado pelos detentores de ações PN. Rangel faz parte do conselho atual. Além de Rangel, Alquéres, Ana Paula, Elena e Mozart, integram o conselho da Eletrobras hoje Wilson Ferreira Jr, presidente da estatal; Esteves Colnago Junior, secretário-executivo adjunto do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Vicente Falconi, consultor; e Carlos Eduardo Rodrigues Pereira, representante dos empregados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: BTG Pactual vê Equatorial 'bem posicionada' para investir

A Equatorial Energia está "extremamente bem posicionada" para participar de novas oportunidades de investimento, como na privatização das distribuidoras da Eletrobras e nos próximos leilões de transmissão, diz o BTG Pactual em carta semestral aos cotistas do Absoluto Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento de Ações, que tem participação acionária na companhia elétrica. Os fundos Absoluto do BTG tinham, em novembro, cerca de 0,7% das ações da Equatorial. O BTG calcula que a Equatorial tem um potencial de investimento de R\$ 20 bilhões em transmissão de energia em 2017, cerca de cinco vezes os R\$ 4 bilhões dos sete lotes que a companhia arrematou em sua estreia em leilões de transmissão, em outubro. "Apesar disso, acreditamos que a empresa vai ser seletiva, uma vez que concentrar a data de conclusão de todos seus projetos em um espaço curto de tempo pode trazer riscos operacionais não desejáveis", diz o relatório.

Apenas os investimentos feitos pela Equatorial no leilão de transmissão de outubro devem trazer um retorno real de 16,5% para os acionistas, "que julgamos ser muito positivo, considerando o baixo risco do negócio", diz o BTG. Há ainda vários ativos de transmissão de energia em operação ou em construção que podem ser uma alternativa para a Equatorial reduzir o risco de concentração de prazos de conclusão. O banco calcula que os ativos à venda somam cerca de o triplo do que a Equatorial deve, de fato, investir nos próximos anos nesse segmento. A carta diz que a empresa deve aproveitar seu principal diferencial competitivo, "que é a gestão", para buscar os ativos mais complexos em transmissão de energia, que devem atrair menos competição e oferecer os maiores retornos. A Equatorial tem ainda oportunidades na privatização das distribuidoras da Eletrobras, além de aquisições de distribuidoras de energia, estatais ou não, que enfrentem dificuldades operacionais. De acordo com o BTG Pactual, as distribuidoras da Eletrobras têm uma base de ativos que pode chegar a R\$ 5,5 bilhões, próxima a base de ativos de Cemar e Celpa juntas - as duas concessões de distribuição da Equatorial. "Esses ativos, como as distribuidoras do Maranhão e do Pará à época da aquisição, apresentam péssimos índices de qualidade, furto de energia, inadimplência e custos operacionais acima do regulatório", diz o BTG. Segundo o banco, as concessões apresentam potencial de crescimento em volume de energia distribuída, por terem baixa penetração, reforçando a visão de que há um espaço nos investimentos em base de ativos. "As semelhanças são grandes e a complexidade operacional mais uma vez favorece a Equatorial." Foi por meio da recuperação da Cemar e da Celpa que a elétrica multiplicou seu Ebitda em 14 vezes desde 2004 até 2016, crescimento médio de 27% ao ano. Daqui para a frente, o crescimento deve ser mais "modesto", pois o espaço para melhoria operacional dessas concessões está se esgotando, "mas acreditamos que mais oportunidades surgirão para a Equatorial", diz o banco. Mesmo diante das opções de investimento e levando em conta as aquisições feitas pela companhia recentemente, a limitação de capital não é vista como um problema para a Equatorial, na visão do BTG.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho****Título: Petrobras tem aval para venda de ativo em PE**

Os acionistas da Petrobras aprovaram ontem, em assembleia geral extraordinária, a venda de 100% da Petroquímica Suape e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) para a mexicana Alpek, por US\$ 385 milhões. Anunciada ainda no ano passado, a operação é uma das fontes de geração de caixa previstas este ano pela estatal - que espera um reforço no caixa de US\$ 8 bilhões, oriundos do programa de venda de ativos. A União, como acionista controlador, votou a favor da venda dos ativos. Considerando a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional de que possam ter havido eventuais irregularidades nas companhias do Complexo Suape, a procuradora da Fazenda e representante dos votos da União na assembleia, Maria Teresa Pereira, determinou que a Petrobras promova a devida apuração dos fatos e que, se confirmadas as irregularidades, adote toda e qualquer medida jurídica necessária para responsabilização dos agentes causadores dos danos e para reaver os prejuízos que lhe foram causados.

O Complexo de Suape foi um projeto tocado pela diretoria de Abastecimento da Petrobras, comandada por anos por Paulo Roberto Costa - um dos primeiros delatores da Operação Lava-Jato, da Polícia Federal. Os ativos pernambucanos fazem parte da estratégia de expansão da Alpek na América do Sul. Com as novas aquisições, a expectativa é que o Brasil ultrapasse o Canadá e a Argentina e se torne a terceira maior fonte de produção da companhia, atrás apenas dos EUA e do México. Hoje, a empresa opera apenas uma fábrica no país: a de EPS (poliestireno expansível) de Guaratinguetá (SP), que responde por apenas 1% da capacidade instalada da companhia. A Petroquímica Suape tem capacidade para produzir 450 mil toneladas/ano de resinas PET e 700 mil toneladas/ano de ácido tereftálico purificado (PTA) - matéria-prima utilizada na produção da resina PET e polímeros e filamentos têxteis. A Citepe, por sua vez, tem capacidade para 90 mil toneladas de filamento de poliéster. As duas subsidiárias da Petrobras operam com geração de fluxo de caixa negativa. A própria estatal já informou, anteriormente, que, caso a venda não fosse concretizada, analisaria a possibilidade de fechamento das unidades. A Petroquímica Suape fechou 2016 com prejuízo líquido de R\$ 1,315 bilhão, enquanto a Citepe registrou perdas de R\$ 1,244 bilhão. O desinvestimento na PQS e Citepe foi aprovado por 88,15% dos votos entre acionistas. A votação havia sido convocada inicialmente para janeiro, mas o assunto acabou sendo retirado de pauta, devido à decisão da 2ª Vara da Justiça Federal de Sergipe de suspender a venda, na ocasião - a liminar foi derrubada, posteriormente, em fevereiro, pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Segundo uma fonte, durante a assembleia, a Associação dos Engenheiros

da Petrobras (Aepet) se posicionou contra a venda dos ativos. Ela destacou que o valor envolvido na negociação corresponde a 10% dos investimentos feitos pela Petrobras na construção dos projetos. Na mesma assembleia, os acionistas aprovaram também a eleição de Adriano Pereira de Paula como novo membro titular do conselho fiscal da Petrobras. Ele foi indicado pelo acionista controlador, a União, e substituirá William Baghdassarian, que renunciou ao cargo no final do ano passado por razões de ordem pessoal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

CGHs em expansão

Os investimentos em novas Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs, usinas que têm potência de até 3 MW) devem somar R\$ 240 milhões em 2017, na construção de empreendimentos que chegam a 30 MW de capacidade instalada, segundo estimativas da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Geradoras Hidrelétricas (Abrapch). Hoje, existem 331 CGHs em operação no país, somando 188,7 MW de potência. A Abrapch promove, entre hoje e amanhã, o 1º Workshop Nacional voltado para CGHs, para fomentar o debate técnico e comercial no segmento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Chrystiane Silva, Denyse Godoy e Lucinda Pinto

Título: Novo presidente da Vale agrada e bolsa fecha em alta

A cautela dos investidores, registrada nos últimos dias, foi interrompida ontem. O movimento positivo das ações mais negociadas na bolsa, Vale e Petrobras, fez com que o Ibovespa suspendesse a tendência de queda e fechasse em alta. Juntas, as ações das duas empresas respondem por 19,5% da composição do Ibovespa, por isso, qualquer movimento desses papéis influencia o comportamento do índice. A ação PNA da Vale fechou com alta de 2,49% e o papel ordinário subiu 1,34%, depois que foi divulgado que o novo presidente da empresa será Fabio Schvartsman. Atualmente, ele é presidente da Klabin, cujas ações caíram 3,72%. O Ibovespa fechou o pregão com alta de 0,71% aos 64.308 pontos e giro financeiro de R\$ 5,2 bilhões.

As ações preferenciais da Petrobras subiram 2,15% e os papéis ordinários ganharam 1,83%. A companhia anunciou que o atual presidente Pedro Parente

terá um novo mandato por mais dois anos. Parente foi eleito em maio de 2016 para substituir Aldemir Bendine. Na ponta oposta, a maior queda do dia ficou com a ação ordinária da Eletrobras, que caiu 5,42%, em meio a rumores de saída do presidente do conselho de administração, José Luiz Alquéres. Ele poderá ser substituído pela economista e advogada Elena Landau. Neste ano, os papéis ordinários da Eletrobras já caíram 20,65% e as ações PNB recuaram 15,22%. Os investidores apostam que a próxima trajetória do papel pode ser de alta, o que pode ser percebido pela redução dos contratos em aberto de aluguel de ações, registrados na BM&FBovespa. Desde 23 de janeiro, os contratos em aberto das ações PNB diminuíram 37% e estavam em 1,2 milhão de ações, até ontem. Já os contratos em aberto com as ações ordinárias caíram 4,3%, no mesmo período, somando 14,6 milhões de ações. "Os investidores não estão apostando na alta do papel. Como o aluguel de ações não está aumentando pode ser também que os holders estejam reduzindo suas posições", diz Guilherme Felipe, chefe de mesa da XP Investimentos. No ano passado, a Eletrobras iniciou um processo de reestruturação organizacional que prevê cortar em 28% os custos operacionais. A Eletrobras é considerado um "case" oposto ao da Petrobras. As duas estatais têm como desafio vender ativos para reduzir o nível de alavancagem. "Mas Petrobras, que entrou num processo de agonia mais cedo do que a Eletrobras, já está num processo bem mais avançado de solução", observa o gestor de um fundo paulista. "Exatamente como aconteceu com a petroleira, o mercado chegou a fazer apostas a favor da empresa quando houve a troca da direção", lembra o profissional. Em julho de 2016, o ex-presidente da CPFL Wilson Ferreira Junior assumiu o comando da Eletrobras. Os ativos da Eletrobras, no entanto, são mais complexos, em muitos casos, geram prejuízo e, portanto, o desafio de vendê-los é muito maior. "Enquanto isso, prefiro ficar vendido no papel", diz o gestor. Durante a manhã, o Ibovespa operou em baixa, acompanhando a queda das bolsas americanas. A lua-de-mel entre o governo Donald Trump e os mercados passou por uma reavaliação após o fracasso da votação da lei que revogaria e substituiria o Affordable Care Act, mais conhecido como Obamacare, na sexta-feira. Os índices acionários chegaram a cair mais de 1% em meio a um clima de derrota, no qual os investidores passaram a avaliar com pessimismo as perspectivas de aprovação de reformas favoráveis ao crescimento prometidas por Trump, como os cortes de tributos e os gastos com infraestrutura. Após ajustes, o índice Dow Jones fechou em queda de 0,22% a 20.550,98 pontos, o S&P 500 recuou 0,10% a 2.341,59 pontos. O índice Nasdaq subiu 0,20% a 5.840,37 pontos. (Com agências internacionais)

MME / ASCOM .